



A Indústria do Dano Moral: Favorecimento ou Inibição ao Pequeno Consumidor

Bruna Peixoto Guimarães Drei¹; Maria Cristina Alves Delgado de Ávila².

¹ Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa (UBM). Pesquisa visando levantamento de material para o TCC.

² Mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano (Unisal); Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa (UBM); Pesquisadora do NUPED - Núcleo de Pesquisa do Direito - na linha de pesquisa "Direito, desenvolvimento e cidadania". Orientadora do trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva proceder à análise de como o Poder Judiciário brasileiro vem enfrentando os valores deferidos a título de danos morais nas relações jurídicas consumeristas de pequena monta, de forma a demonstrar se há ou não condenação em danos morais que realmente representem a efetividade da aplicação da justiça, especialmente em caráter pedagógico-punitivo pela má prestação de serviço. A pesquisa se dará de forma documental e por meio de consulta a material bibliográfico. O tema se torna relevante a partir do momento em que se percebe que, de uma forma geral, devido à banalização da condenação em danos morais, esta se tornou pano de fundo para sentenças com condenações ínfimas que, na realidade, não serviriam para atender à efetividade que o consumidor de menor poder aquisitivo espera do Poder Judiciário, acabando, assim, por fragilizar a visão por parte desses atores sociais relativamente à prestação jurisdicional.

Palavras-chave: Direito do consumidor; Dano moral; Efetividade da justiça; Prestação jurisdicional.